

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O ESP

CLASS. : Mineração em Als

DATA : 24 09 87

PG. : 33 190

Mineração: retrato do momento brasileiro

NOEVALDO ARAÚJO TEIXEIRA

Passamos por um período de nossas atividades como geólogos, marcados pela irracionalidade que muitas vezes chega a tangenciar a mais profunda burrice. Embora não seja este um procedimento exclusivo da nossa classe, não há como omitir nossa inigualável contribuição para que o atualíssimo Festival de Besteira que Assola o País chegasse ao nível jamais imaginado pelo saudoso Stanislaw. Como tudo em nossa Pátria parece desenvolver-se no sentido de assumir feições surrealistas, têm sido os próprios geólogos os principais responsáveis pelo elevado grau de desinformação de que nosso setor é vítima. Com isto corremos o risco de ver a mineração brasileira ser arrastada à estagnação por absoluta incompreensão e ignorância.

Além de a maioria da nossa classe achar-se submetida a péssimas condições de trabalho, salários ridículos e contundentes taxas de desemprego, muito recentemente este quadro de dificuldades chegou às raias do absurdo com o brutal assassinato do geólogo Gustavo Guimarães Rodrigues, juntamente com Luiz Alberto da Cunha Carvalho e José Henrique da Silva. A empresa para a qual trabalhavam, legalmente constituída e detentora de portaria de lavra, foi invadida por bando fortemente armado, cuja ação não se limitou ao assassinato em si, já que previamente torturou-se covardemente quem ali estava com a única finalidade de exercer sua atividade profissional.

O que temos feito para reverter tão lamentável situação? Rigorosamente nada, ou melhor, temos contribuído significativamente para perpetuá-la, projetando para o futuro um cenário ainda mais lastimável. Nossas entidades presas a uma visão meramente ideológica nos impõem princípios estatizantes, intervencionistas e desestimulantes aos investimentos. Com isto, inviabilizamos a pesquisa e a prospecção, anulando a possibilidade de novas descobertas minerais, gerando desemprego e aumentando nosso déficit comercial.

Temos sido coniventes com todas as espécies de banditismo que ocorrem no setor mineral, particularmente na Amazônia. Atraiados a uma visão deformada de que nossos agudos problemas sociais podem ser resolvidos à margem da legalidade, temos considerado as ações de pseudogarimpeiros invasores, falsos empresários, como atos impunes. Com isto afugentamos os investimentos empresariais, tornando a atividade mineral muito mais um caso de polícia do que um segmento econômico a serviço do bem-estar social.

O clima da terra-sem-lei estabeleceu-se a partir da infeliz gestão do ex-ministro das Minas e Energia César Cals que, desconsiderando uma legislação em vigor, fomentou a ação generalizada da garimpagem sem nenhum controle. Como prejuízo de tal ação não demoraram a surgir conflitos entre empresas, garimpeiros e pseudogarimpeiros, depredação de importantes jazimentos, contrabando superior a 60% da produção aurífera e sério desequilíbrio ecológico. Como a lei da natureza é implacável, se alguns perdem, outros ganham. Quem perde é a Nação como um todo, quem ganha são grupos minoritários que, explorando a pobreza e o desespero de um punhado de necessitados, os utilizam como massa de manobra política e econômica, pela qual alguns oportunistas têm florescido na administração desta ilegalidade.

Temos, na maioria das vezes, nos posicionado liricamente em relação à ação da garimpagem (a maioria ilegal) e o direito indígena. Devemos acabar com este paternalismo. Entidades de garimpeiros ao contrário do que a lei permite possuem hoje em seus quadros geólogos, consultores e condições para enviar técnicos para a África do Sul, objetivando visitar jazidas minerais, que lá são trabalhadas por companhias legalmente constituídas. Os índios já negociam diretamente com empresas e órgãos de indigenistas. A própria Igreja daria uma grande contribuição a estes segmentos sociais, se se informasse adequadamente a respeito do que é a mineração.

Lastimável o nível de desinformação da sociedade brasileira sobre o setor mineral. Persiste a noção de que no Brasil, por uma deferência especial do nosso Santo Criador, os jazimentos minerais podem ser explorados imediatamente, dando lucros

fabulosos, sem terem sido ainda necessariamente descobertos. A verdade é outra, nossa fabulosa riqueza mineral está muito mais na cabeça dos incultos e aproveitadores do que na dura realidade dos fatos. Temos potencial mineral mas, lastimavelmente, não descobrimos ainda a fórmula mágica de obter suas vantagens, sem a fase prévia dos maciços investimentos, da aplicação de técnicas modernas, da experiência e competência, elementos nem sempre facilmente disponíveis.

Durante o período autoritário os geó-

logos elegeram corretamente a democracia como prioridade máxima para suas reivindicações. Penso que já passa da hora de lutarmos pela nossa preservação como classe. Causa-me espanto constatar que nunca empreendemos entendimentos a nível nacional em busca de melhores condições de trabalho e salários. Espanto maior é ver que o nosso próprio jornal (Jornal do Geólogo) não deu o devido peso ao bárbaro assassinato do nosso colega. Tal ato é fruto de ações ilegais, acobertadas por pessoas ines-

crupulosas que não podemos ignorar. Sugiro que o jornal refaça tal injustiça exigindo a apuração dos fatos e a penalização dos culpados, isto é o mínimo para que possamos continuar a respeitar este veículo de comunicação.

Como geólogo, tenho a dizer que a atividade garimpeira como hoje é exercida, sem qualquer controle técnico e jurídico é amplamente nociva ao País. Índios são exterminados por garimpeiros, estes são explorados por falsos empresários, geólogos

são massacrados, empresas criam corpos de segurança particulares. Estas cenas decorrem da situação caótica pela qual passa toda a sociedade brasileira, perplexa pelas dificuldades econômicas e pelo puro oportunismo daqueles que não vêem no cumprimento da lei os limites de nossa condução como povo. São momentos lastimáveis do mundo mineral, que não se diferenciam em nada nos últimos acontecimentos da favela Rocinha, no Rio de Janeiro. São indicadores claros da necessidade inadiável de enfrentarmos nossos gravíssimos problemas

sociais com realismo e competência, deixando de lado o proselitismo político e os volúteos apegos ideológicos.

A margem da lei não construiremos uma nação decente. O máximo que obtemos é o caos, o favorecimento aos que empregarem com mais selvageria a violência, disto decorrendo o triste saldo da irreparável perda de vidas humanas indefesas.

O autor é geólogo, mestre em Geologia Econômica e Prospecção (UnB), ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geologia — Núcleo Centro-Oeste.